

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.556 - SP (2019/0245142-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **FACTUS CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS LTDA**
ADVOGADOS : **FERNANDO FERNANDES COSTA E OUTRO(S) - SP081752**
 IVANETE MARIA DA SILVA FERREIRA - SP190025
RECORRIDO : **TIAGO PEREIRA DE SOUZA**
ADVOGADOS : **SUSANA REGINA PORTUGAL - SP120259**
 ROSINÉIA DALTRINO E OUTRO(S) - SP116192

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. FALTA DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA DE ORIGEM. SÚMULA 281 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Factus Construções e Empreendimentos Ltda., com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra decisão monocrática, assim ementada (e-STJ, fl. 357):

Compromisso de compra e venda. Cláusula de tolerância de 180 dias. Ausência de abusividade. Atraso comprovado na entrega das unidades autônomas, contudo, que superou o prazo de tolerância. Nulidade, ademais, da previsão de prazo alternativo de 25 meses após a assinatura do contrato de financiamento. Súmula 164 deste E. TJSP e Temas 01 e 02 do IRDR n. 0023203-35.2016.8.26.0000. Indenização por perdas e danos. Lucros cessantes. Percentual de 0,5% do valor atualizado do contrato incidente durante o período de atraso que se mostra razoável. Súmula 162 deste E. TJSP e Tema 05 do IRDR n. 0023203-35.2016.8.26.0000. Indenização por danos morais. Atraso que por si só não se revela apto a caracterizar lesão extrapatrimonial. Congelamento do saldo devedor enquanto a unidade autônoma não for entregue ao adquirente que não faz cessar a incidência de correção monetária. Tema 08 do IRDR n. 0023203-35.2016.8.26.0000. Recursos improvidos, monocraticamente.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

O apelo extremo foi admitido na origem (fls. 435-437, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Brevemente relatado, decido.

Verifica-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo relator do acórdão.

Consoante entendimento da Súmula 281 do STF, aplicável também aos recursos especiais, é necessário que a parte interponha todos os recursos ordinários perante o Tribunal de origem antes de buscar a instância especial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 281/STF. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DO ART. 1.021 § 2º, DO CPC/15.

1. Ação declaratória de inexigibilidade de título cumulada com compensação por danos morais.
2. Não se pode conhecer do recurso especial interposto contra decisão monocrática, tendo em vista que não houve o necessário esgotamento das instâncias ordinárias. Aplicação, por analogia, da Súmula 281 do STF. Precedentes.
3. A existência de decisão colegiada em sede de embargos de declaração não tem o condão de afastar a necessidade de interposição do agravo interno, porquanto este é o recurso apto a levar ao órgão coletivo à apreciação da questão debatida nos autos, nos termos do artigo 1.021, § 2º, do CPC/15.
4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (AgInt no AREsp 1.557.971/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 20/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 281/STF. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015 APLICADA NA ORIGEM. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO PRÉVIO. AUSÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.

1. Não se pode conhecer do recurso especial interposto contra decisão monocrática, tendo em vista que não houve o necessário esgotamento das instâncias ordinárias. Aplicação, por analogia, da Súmula n. 281/STF. Precedentes.
2. Nos termos do art. 1.021, § 5º, do CPC/2015, o prévio recolhimento da multa prevista no § 4º do referido artigo é pressuposto objetivo de admissibilidade de qualquer impugnação recursal, não se conhecendo

Superior Tribunal de Justiça

do recurso interposto sem esse pagamento. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.481.803/PE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/10/2019, DJe 14/10/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-EXHAURIMENTO DAS VIAS RECURSAIS. SÚMULA 281 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Pacífico o entendimento desta Corte que o esgotamento das vias ordinárias é pressuposto de admissibilidade do recurso especial, conforme o teor da Súmula 281 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada".

2. Nos termos da jurisprudência consolidada neste Sodalício, o recurso que desafia decisão monocrática proferida em recurso de apelação, mesmo que integrada pelo julgamento de embargos de declaração apreciados pelo colegiado, é o agravo interno.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 949.098/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/11/2016, DJe 18/11/2016)

Cabia à parte, portanto, suscitar, por meio da interposição do agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015, a manifestação do órgão colegiado antes da interposição do recurso especial.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Publique-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator